

## ALECRIM E MANJERONA

Rui Zink

### 1. Teoria e praxis

Está na ordem do dia a articulação entre universidade e intervenção social. Faz parte do espírito do tempo e não é mau que isso aconteça – embora nem sempre tenha sido assim. Dos próprios docentes e investigadores se espera que intervenham mais e que assumam mesmo, eventualmente, responsabilidades governamentais. Não indiferente a isso está o peso crescente do espaço mediático – já não só os jornais mas também a rádio e a televisão – como terreno de acção dos universitários. Implícita está a articulação, potencialmente conflituosa (apesar de não necessariamente conflituosa) entre saber e poder. Porque a intervenção mediática não se pretende apenas uma análise (forma de intervenção também, quiçá, mas modulada e retardada, “amaciada”) mas um acto de influência de carácter político, mesmo: pressupõe modificar o rumo de acontecimentos, decisões, acções concretas. Como cereja no bolo, a discussão na mesa sobre a autonomia universitária e a controversa questão do financiamento, da relação entre docência e investigação, dos apoios (ou não) aos projectos de investigação em ciências humanas. O docente que está por sua conta integrado numa associação cívica pode levar a cabo um projecto sem com tal *onerar* a instituição a que pertence, mantendo-se no entanto em aberto a possibilidade de, com esse projecto, *honrar* a instituição da qual se orgulha de fazer parte.

Tendo dito isto, a minha intervenção nos X Encontros toma como ponto de partida uma experiência que, ao longo dos últimos quatro anos, tenho levado a cabo com alguns colegas. Essa experiência consiste no enxertamento na sociedade portuguesa de um conceito ideológico, o de “guerra civil nas estradas”. A necessidade das aspas advém de não ser um conceito pacífico, antes passível de discussão. Até porque é criado a partir de uma oscilação no eixo paradigmático – por analogia. Ainda assim, é útil e operatório. Útil:

ajuda a pensar uma realidade que (é esta mesma a tese desta comunicação) nos é escamoteada. Operatório: é um instrumento manuseável, identificável, aplicável.

## 2. O que se entende por guerra?

Parte da dificuldade em utilizar o termo ‘guerra’ tem como base o facto de esta noção ser, a um só tempo, “evidente” e nebulosa. Evidente, porque “toda a gente sabe” o que é guerra. Nebulosa, porque ninguém sabe definir ao certo o que é uma guerra – ou, se sabe, não pode nem quer. Dizer que uma guerra é um conflito armado é, à partida, a definição mais evidente – mas revela-se insuficiente quando as próprias partes interessadas afirmam que nem todos os conflitos armados podem legitimamente ser considerados guerras. Assim, sendo um traço distintivo, ‘conflito armado’ não é condição suficiente. Para além de que haveria que definir o que se entende por arma: um míssil terra-ar? uma pistola? A associação de “arma” ao poder de fogo pode induzir em erro, pois, como a experiência de Timor e do Ruanda provam, uma catana pode ser um instrumento de morte tão eficaz como outro qualquer. E um veículo motorizado: será uma arma apenas quando equipado com um canhão ou será uma arma quando for utilizado para... enfim, matar?

De uma guerra espera-se também que tenha alguma duração, embora muitas durem pouco mais do que algumas horas.

Uma guerra terá ainda de ter partes em conflito identificáveis, embora as guerras que vêm acrescentado o adjectivo “civil” se caracterizem, muitas vezes, precisamente por não terem clarificadas quais as partes em conflito. E quando pensamos que uma guerra o é – porque cumpre, *a priori*, os requisitos acima indicados – descobrimos que não o é porque uma das partes (a agressora, quase sempre) decide que essa guerra, afinal, não o é.

O que fica, deste arrazoado? Que as partes usam o termo “guerra”, que devia ser rigoroso, consoante os seus interesses estratégicos. Não é a guerra, como se diz que Clausewitz disse<sup>1</sup>, que é um prolongamento da diplomacia por outros meios. O que acontece com ainda maior frequência é que a diplomacia e a propaganda são utilizadas como prolongamentos, ramificações, tabuleiros paralelos da guerra física propriamente dita. Por exemplo, ainda hoje se discute a legitimidade dos bombardeamentos de Dresden e de Hiroshima. E ainda hoje não é posta em causa a legitimidade de tais actos porque as potências vencedoras continuam a sê-lo, vencedoras.

Vale a pena repetir, creio: *a discussão em torno da nomenclatura acaba com frequência por ser apenas mais uma das frentes de batalha da guerra.*

---

<sup>1</sup> Keegan (1986) considera que se trata de uma interpretação equívoca das palavras de Clausewitz.

Outro problema é a delimitação espaço-temporal de uma guerra. Dificilmente (para não dizer nunca) as partes em conflito estão de acordo sobre o quando e onde começou e acabou (ou acabará) uma guerra. Não, não estamos a falar dos soldados japoneses que, isolados, não sabiam ainda, passados anos, que o Imperador tinha aceite a derrota incondicional em 1945. Estamos a falar de coisas simples como: *Quando começou o conflito? Quando esse conflito passou a ser uma guerra? Onde se desenrola o conflito?*

Isto para não entrar em questões ainda mais complicadas, nomeadamente: *Porque começou o conflito?*

### 3. A vitória legítima a guerra

Um exemplo recente, talvez demasiado recente, é o da Guerra do Golfo. Sem entrar em pormenores, isto é, na legitimidade de uma guerra decidida unilateralmente (até porque, se esse fosse um traço distintivo, muito poucas guerras o seriam, pois raramente as partes acordam entrar em guerra), na legitimidade das motivações para se partir para a guerra (as famigeradas armas de destruição maciça, que levaram o ministro da Defesa britânico a ameaçar retaliar, se fosse caso disso, com armamento nuclear **britânico**<sup>2</sup>), etc., chamou-me a atenção uma notícia do Público de 10/1/04), com o título *O Estatuto – Saddam é prisioneiro de guerra*:

Saddam Hussein foi ontem formalmente declarado “prisioneiro de guerra” pelos Estados Unidos, o que lhe confere todos os direitos contidos na Convenção de Genebra. O ex-Presidente do Iraque foi capturado em 13 de Dezembro (...). O porta-voz do Pentágono explicou a decisão (...): “era o líder das forças armadas do velho regime, como tal pertencia às Forças Armadas, e foi capturado. Isso torna-o prisioneiro de guerra”. O estatuto não terá qualquer efeito nas condições em que Saddam se encontra.

O interessante aqui é a *décalage* entre o facto e o estatuto, além da unilateralidade do estatuto, admitindo que o prisioneiro se consideraria, talvez, desde 13 de Dezembro, prisioneiro de guerra. Isto para já não falar de outros detidos, em Bagdad ou noutras partes, que tenham um semelhante conflito de opinião com os seus captadores – cabendo aqui a decisão aos captadores. Esta é a força da força e não a força da razão, bem entendido. Logo, não é uma razão que nos interesse, embora, sobretudo se a ela formos submetidos, ela nos mereça algum respeito.

---

<sup>2</sup> “Sempre deixámos claro que nos reservamos o direito de utilizar armas nucleares em condições extremas de autodefesa. Saddam Hussein pode estar absolutamente confiante de que nas condições certas as utilizaremos.” (Geoff Hoon, citado no *Público*, 3/2/03, p. 4).

A isto acresce o facto curioso de a maioria das “baixas” (o termo repugna-me, mas não é meu) de uma das partes ter sido durante o período que a parte adversária definiu como tendo sido a de guerra – e vice-versa. Essa é, de resto, uma das dificuldades de percepção da parte vitoriosa: o adversário actua segundo uma lógica distinta. “A guerra acabou”, disse uma das partes. “Não, a guerra não acabou”, disse a outra parte. “Está agora a começar.”

*A questão da legitimidade é crucial, e objecto contínuo de conflito.* A legitimidade, não apenas de uma guerra ser uma “guerra justa”, mas inclusive de ser uma “guerra” *tout court*, é acessória em termos imediatos de vitória ou derrota, mas mostra-se pertinente, fundamental mesmo, a um nível mais mediato, sobretudo para, usando palavras em voga, “ganhar a paz”. O exemplo mais conhecido é o da guerra do Vietname, que hoje as autoridades competentes reconhecem ter sido perdida pelos Estados Unidos em casa mais do que no terreno propriamente dito. Foi uma guerra ganha a nível das ideias, da propaganda, dos *media*. Para muitos, foi a primeira “guerra mediática”; para outros, entre os quais me incluo, foi em certo sentido a última – as seguintes seriam, e serão, muito mais guerras de propaganda do que guerras mediáticas.

### 3. O que define então uma guerra?

1) Para começar, o facto de haver um **número considerável de vítimas violentas** – anormal em relação ao que seja considerado normal naquele espaço. Certas guerras, sobretudo em África, eram mais simbólicas do que carniceiras – e no entanto eram entendidas enquanto tal – guerra – por ambas as partes.

2) A declaração de guerra por pelo menos uma das partes. No entanto, no bombardeamento de Belgrado, onde um dirigente militar americano declarou que iam “bombardear os sérvios back to pre-history”, nunca foi considerada uma guerra pela força agressora.

3) O reconhecimento oficial por observadores qualificados de que se está perante uma guerra. No entanto, os relatórios da ONU têm tendência a substituir o termo “guerra”, demasiado problemático (sobretudo quando se trata mesmo de uma guerra) pelo mais ambíguo “conflito violento”.

4) Uma guerra implica, também segundo a ONU, um “conflito armado”. No entanto, grande parte das guerras civis são feitas com catanas, paus, objectos contundentes. Há uma tendência redutora para, num efeito metonímico, associar a guerra aos seus símbolos mais contemporâneos, como as armas de fogo. Então é o caso de Timor? E o genocídio do Ruanda? Isso elva-nos ao ponto seguinte.

5) Uma guerra implica a existência de uma indústria do armamento. Ironicamente, alguns dos países com maior capacidade de produção de arma-

mento são regimes democráticos ocidentais. O caso da pacífica Alemanha, que só agora começa a acordar de uma alergia à guerra após um letargo cinquenta anos, conhecido pela sua indústria do armamento, estatal e privada, e do Reino Unido, o maior produtor mundial de minas anti-pessoais.

6) Uma guerra implica comandos organizados com visão não só tática mas também estratégica. No entanto, muitas guerras não têm organizadores declarados. O caso da Al-Qaeda, sobre cujos planos se conhece mais através da assunção dos potenciais atacados do que da organização. O caso das guerras civis, onde é difícil identificar os instigadores.

7) Uma guerra implica um corpo de soldados profissional ou amador, dispostos a correr riscos. Nada de mais errado, nos dias de hoje como nos de ontem: em certas circunstâncias, o exército ainda é a força mais segura onde estar. E desde Hiroshima – o bombardeamento nuclear de uma cidade pacífica a fim de desencorajar um exército particularmente aguerrido – que há uma política continuada de sacrifício de vidas civis dos outros para poupar vidas de guerreiros *nossos*.

O resultado é simples e aqui fica o axioma: *nenhuma guerra, “real” ou metafórica, cumpre os preceitos (ou traços distintivos) todos*. Ou, dito de outro modo: não há um critério evidente e coerente no modo como se dizem, se reconhecem, se identificam, se nomeiam as guerras. Há uma noção vaga, propositada e adequadamente vaga que serve, sempre, o vencedor. Não há guerra objectiva.

Há ainda outra ilação a tirar: uma guerra implica um grupo identitário forte que a identifique como tal, e que a consiga “vender” aos outros. É que, quem decide quando é que uma arma é legítima, decide não só quando começa e acaba uma guerra mas também, e este é o ponto mais importante, quando é que há guerra. Mais: **quando é que uma guerra é... uma guerra**.

O ponto de vista é tudo e, nesta luta de desequilibrar o adversário, tenta-se-lhe eliminar duas coisas: força para resistir à nossa força, legitimidade para contestar a nossa força.

Não é inocente dizer-se que o inimigo é terrorista, age fora-da-lei, de forma selvagem, sem respeito pelos direitos humanos.

Exemplo: Quando mostram o rosto dos nossos prisioneiros, estão a desrespeitar a sua dignidade: evidentemente, o contrário já não acontece. As imagens de Saddam preso, em vésperas do Natal de 2003, são esclarecedoras. Por ironia, de tantos e tantos soldados que, de uma forma ou de outra, combatem em conflitos armados pelo mundo fora, Saddam Hussein, o humilhado, o ditador infame, acaba por ter o privilégio, raramente concedido, nos nossos dias, de ser considerado “prisioneiro de guerra”, e de, como tal, beneficiar da Convenção de Genebra... A mesma que interdita imagens como as da sua captura. E o motivo por que lhe é reconhecido esse estatuto

legal pela potência vencedora é, no mínimo irónico: “(...) era o líder das forças armadas do velho regime, como tal pertencia às Forças Armadas, e foi capturado. Isso torna-o prisioneiro de guerra”. De ditador infame a chefe das forças armadas de um país soberano vai um curto passo.

Uma guerra é guerra, guerra a sério, quando uma entidade tem poder para impor aos outros o seu ponto de vista. Isso não é grave. O grave é que ela se torna metáfora ou mesmo inexistente quando os que declaram a sua existência – enquanto guerra – não têm poder para tal.

Nos dias de hoje, nos países ocidentais, uma guerra tem de ser vendida à opinião pública: foi o que tentaram fazer alguns primeiros-ministros europeus este ano, secundados no nosso país (caso único no mundo ocidental, que eu saiba) por **todos** os directores de jornais.

Os outros, os que não têm força, têm também de vender uma guerra: de vender a sua existência.

Neste caso, os albaneses do Kosovo tiveram mais sorte do que os Tutsis do Ruanda: aqueles conseguiram vender com sucesso que estavam a ser **genocizados** (o que se veio a provar ser mentira); estes últimos só tarde demais conseguiram algum tempo de antena.

#### 4. E “quando” há guerra?

Como diz John Keegan, a guerra é uma actividade cultural; não há guerra, há guerras.

Há guerra quando um conflito violento e armado provoca mortos no adversário.

Há guerra quando um grupo é forçado por outro a submeter-se. Exemplo: luta de classes, ultimatum inglês, guerra dos EUA com a ONU, conflitos económicos... Às vezes, o grupo dominado decide tornar esta guerra real: os Black Panthers nos anos 70, acusados de violência por um Estado que reclama o monopólio da violência legítima (Max Weber).

Há “guerra” quando há um conflito de uma natureza comparável, por analogia ou hipérbole, à guerra propriamente dita. Exemplo: guerra dos sexos, guerra das rosas, guerras de alecrim e manjerona.

E há guerra quando um árbitro internacional decide que há ou não há. Convenções de Genebra, ONU, Sociedade das Nações, Vaticano, que estão para a guerra como a Academia Sueca para a literatura: definem o que é – e não é – aquilo de que se ocupam.

#### 5. As guerras metafóricas

Saindo agora dos conflitos violentos, temos de admitir que o termo “guerra”, usado com maior ou menor pertinência, faz parte do nosso quoti-

diano e da nossa realidade social. Ele é a guerra dos preços, entre hipermercados; ele é a guerra entre o Procurador da República e o bastonário da Ordem dos advogados; ele é a guerra na direcção do PSD; ele é a guerra do futebol. E assim por diante.

Em contrapartida, há situações, como acima foi referido, em que uma das partes reclama o estatuto de parte numa guerra ou denuncia a existência de uma guerra (eventualmente invisível a olho nu, ou desprovido de um código adequado de leitura) mas, por motivos vários, não lhe é reconhecido esse estatuto nem à dada “situação” é reconhecido que se trata de uma guerra.

Afinal, como acontece com tantos conceitos em ciências humanas, a noção de guerra implica um conjunto de traços, mas é quase inexistente a coincidência de todos eles. E se todas as guerras entendidas como tal partilham um ou mais traços distintivos, não partilham sempre os mesmos.

## 6. A guerra civil nas estradas portuguesas

A ACAM está de parabéns...

Luta neste momento pela prevenção da 4.<sup>a</sup> causa de morte em todo o Mundo nos adultos dos 15-59 anos (vidé OMS 2003).

Primeira causa de morte: SIDA

Segunda: doença cardíaca isquémica (enfartes, etc)

Terceira: tuberculose

Quarta causa de morte: acidentes de viação

Assim se percebe a importância da ACAM...

Este mail de Rui Tato Marinho<sup>3</sup> saúda de forma entusiástica o trabalho de um *lobby* criado por um grupo de cidadãos em Março de 1999: a Associação dos Cidadãos Auto-Mobilizados (ACA-M). Como membro fundador, ando desde há cinco anos a tentar vender uma guerra, junto com dois colegas do ISCTE e uma da nossa faculdade, a prof. Ana Isabel Afonso.

Não a tentar vender a feitura de uma guerra; mas a tentar vender que está a acontecer uma guerra em Portugal. E não é metáfora, faz vítimas a sério, mortos, feridos e estropiados. É a primeira causa de morte não natural no nosso país. Dito de outro modo: do nosso ponto de vista, esta guerra é uma guerra a sério, mas a sociedade portuguesa, apesar da surpreendente capacidade de penetração das nossas campanhas, mantém-se reticente a aceitar, realmente, que se trata de uma guerra real. Tal deve-se ao facto de os participantes não terem noção da violência que cometem, até ao momento em que são eles próprios, ou os seus próximos, vítimas. Não há dados, infelizmente, mas arrisco-me a dizer, como hipótese a rebater, que a ACA-M tem

---

<sup>3</sup> Mail enviado para o endereço [aca-m@yahoogrupos.com.br](mailto:aca-m@yahoogrupos.com.br) em 6/1/2004.

um elevado grau de simpatia por parte das vítimas, ou dos familiares das vítimas. E aparece como “exagerada”, senão mesmo “histórica” (com a carga conotativa de ‘perda de razão’ ‘efeminamento’, tendência para o exagero e a emoção distorcedora da ‘razão’... viril), aos que não são sensíveis à necessidade uma normalização da vida rodoviária: com o inerente respeito pelo peão, pelas passadeiras, os passeios, redução da velocidade dentro das localidades, condução defensiva e não agressiva, adequada ao piso do terreno, ao tráfego, às condições meteorológicas e ao estado de sobriedade do condutor, etc.).<sup>4</sup>

Até agora a nossa actividade tem-se saldado por um meio-sucesso – o que, dados os nossos objectivos, significa que até agora, apesar de termos ganho algumas batalhas no plano simbólico, temos sofrido pesadas baixas diariamente.

Ainda assim, há sucessos: 1) o conceito foi assimilado pela comunicação social em geral; 2) o governo fez em 2003 uma campanha intitulada “Pela paz nas estradas”; 3) o tema foi (re)introduzido na sociedade portuguesa de onde estava, apesar da crua realidade, praticamente banido apesar da existência desde há decénios de uma Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) com um considerável financiamento público, de um Automóvel Clube Português (ACP) que é, tão só, a organização nacional com mais associados, de uma Direcção-Geral de Viação (DGV), entre outras organizações de carácter público. Uma associação de cidadãos, desguarnecida de meios e de pessoas, apenas com o saber e a vontade de um punhado de professores universitários (a quase totalidade da direcção da ACA-M) conseguiu inserir a questão rodoviária no mapa político português, onde organizações aparentemente mais adequadas falharam.

Uma das explicações é a concentração em duas ideias fortes: a de que há uma guerra em curso e é preciso tomar consciência dela; a de que, tomada consciência da sua existência, há que acabar com ela.

E no próximo dia 16 de Dezembro, Dia Europeu da Memória, vamos pôr uma coroa de flores no monumento aos mortos da I Grande Guerra, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. O argumento: já que não existe monumento aos mortos da Grande Guerra Civil nas Estradas Portuguesas, então tome-se de empréstimo este, para fazer a dupla homenagem que este género de cerimónias sempre encerra: aos nossos mortos, individuais, com nome, e aos soldados desconhecidos, vítimas involuntárias que, ao contrário dos de 14-18, morreram em combate sem sequer saberem que o eram, soldados.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ver a este respeito a crónica marialva de Miguel Sousa Tavares em defesa da velocidade por parte de quem é “bom condutor” (*Público*, 12/12/03). Para o conceito de marialva, cf. José Cardoso Pires, 1960.

<sup>5</sup> A cerimónia foi “amplamente coberta”, como se diz em mediatequês, e contou com a presença do Governador-Civil de Lisboa, bem como de um deputado (do PCP).